

Dívida Externa

Rumo ao desconhecido

DÁ-SE o nome de moratória à dilação de prazo concedido pelo credor ao devedor para o pagamento de uma dívida. Existem tantos tipos de moratória quantas sejam as necessidades, pois cada devedor é um caso específico.

Cada dívida comporta um tratamento. O ajuste entre as partes não tem outras limitações que não sejam as necessidades e possibilidades de cada um.

Só não existe a chamada moratória unilateral, tendo em vista que toda negociação pressupõe duas partes e toda moratória implica a concordância do credor com as condições do devedor.

Essa impropriedade — moratória unilateral — é mais uma pretensa contribuição que o espírito oposicionista brasileiro quis oferecer ao mundo. Deve ter a mesma origem da recusa oposicionista em dialogar num entendimento nacional.

A rigor, um devedor com dificuldades só dispõe de um meio unilateral para não entender-se com seu credor: é deixar de honrar seus compromissos e deixar de oferecer explicações razoáveis.

Numa palavra, a moratória unilateral que o simplismo oposicionista prega, em desrespeito à própria etimologia, é o calote.

Só o calote é unilateral e dispensa a concordância da outra parte.

O Brasil não tem, no momento, condições de honrar seus compromissos pelos prazos anteriores. Mas terá condições de pagar todas as suas dívidas se forem reorganizadas em novos prazos, que nos permitam recuperar a economia nacional, sanear as finanças, disciplinar as despesas públicas e moralizar todas as práticas administrativas invadidas pela inflação.

É possível que certo padrão oposicionista brasileiro sinta alguma satisfação em propor o calote, mas é certo que os brasileiros preferem honrar todos os compromissos feitos pelo Brasil. O ressentimento oposicionista parece querer vingar-se do Brasil e dos brasileiros.

Há, porém, uma clara disposição dos brasileiros para aceitar conscientemente novos sacrifícios, desde que possam ter a certeza de

que será estancado o espírito perdulário nos custejos das despesas públicas.

É melhor o Brasil sacrificar-se para pagar suas dívidas do que ter que admitir um opróbrio universal, que o apontaria como uma nação dotada da mórbida coragem de desonrar-se a si própria, por livre e espontânea vontade.

Pior do que o estigma do calote, seria a carga de atraso a que nos condenaria um estranho conceito de **independência**, capaz de trocar a convivência econômica internacional por uma **idade média** que nos remeteria, tecnologicamente, de volta ao passado sem retorno.

Uma **idade média** que não tenha a certeza de um Renascimento é uma forma de castigo a que somente os deuses pagão condenavam os homens — por toda a eternidade. No entanto, o rompimento moral com o mundo, através do que o eufemismo político da Oposição chama de moratória unilateral (e que em bom português é o calote), implicaria graves consequências econômicas, tecnológicas, políticas e históricas.

É preciso considerar que o Brasil não está sozinho nas dificuldades que enfrenta. Mas ficaria moralmente isolado no concerto das nações se admitisse, como propõe a Oposição, o calote como atestado de incapacidade nacional para honrar a palavra.

A decisão de reconhecer a dívida, acompanhada da declaração de não pagá-la, é indigna de um país que consegue manter o instinto da ordem e cultiva o senso da convivência política com um alto sentido que nos destaca na parte civilizada do mundo.

Num mundo cada vez mais interdependente, o calote de nossa dívida interna acirraria nos credores o ânimo da legítima retaliação que as normas legais e morais sancionam.

As consequências econômicas e políticas viriam num tropel que dificilmente pouparia o plano institucional dos seus efeitos imprevisíveis. Um regime patrocinado por uma crise sem precedentes e sem controle não se presta ao exercício de boas previsões a não ser por mentes insanas.

Ninguém pode fazer-se qualquer ilusão do que seria o Brasil a partir do momento em que

abandonasse a noção de dignidade nacional para praticar o calote internacional.

A interrupção do abastecimento do petróleo, vindo de fora, autoriza a visão do colapso nos transportes. Nossa produção importa um trágico e insuficiente racionamento. Por aí não há como evitar a visualização dos saques a armazéns e supermercados com o multiplicador da escassez. Ao fundo, a impossibilidade de manter a ordem, com seres humanos submetidos à mesma visão gerada pela perda de autoridade moral, com um Governo que deixasse de honrar compromissos internacionais pela recusa em negociar na condição de devedor.

A importação de trigo também cessaria e o pão desapareceria da mesa de milhões de brasileiros antes que houvesse tempo de se plantar milho que o substituisse. A fome não esperaria mais do que uns poucos dias. Sem a matéria-prima de que se utiliza a indústria farmacêutica nacional para produzir remédios, e sem os remédios produzidos no exterior, a população ficaria ainda mais indefesa e insegura.

Que dizer então das peças de reposição de equipamentos importados, dos componentes industriais que o exterior fornece?

Deixariam de vir imediatamente, e é fácil multiplicar por mil as consequências da suspensão de todas essas peças que mantêm em funcionamento a indústria: o desemprego ganharia novo e definitivo alento. Enfim, o equivalente ao pleno desemprego.

Ooutro lado das consequências é ainda mais deprimente: depósitos bancários, bens e instalações brasileiros no exterior poderiam ser legalmente tomados pelos credores; nossos bolsistas voltariam do exterior com as mãos vazias de tecnologia e conhecimentos, para aplicar em nosso país; as pesquisas que aqui são feitas, com financiamento externo, seriam interrompidas por falta de equipamentos. E assim por diante, numa infinidade de situações e possibilidades dramáticas.

A opção inconsciente por uma **Idade Média tecnológica** não se esgota na falta de

perspectiva que remeteria o país rumo ao atraso. Seria inevitável o confronto com o que já se incorporou ao padrão de vida dos brasileiros e, em consequência, o sentimento de frustração nacional reclamaria um novo tratamento social e uma nova expressão política.

Mais desemprego e diminuição de renda, mais inflação, mais insatisfação popular, mais saques, mais demonstrações de inconformismo, mais criminalidade destacariam como insuficiente a autoridade dos governantes. Seria inevitável que as minorias de esquerda e de direita, empolgadas pelo radicalismo propiciado pelas condições depressivas, se lançassem à empreitada da demagogia para se servirem das dificuldades. Há antecedentes históricos assustadores.

A inevitável consequência de tudo que não se pode prever, porque a margem racional é insuficiente para abrigar todas as possibilidades, se transferiria para o próprio regime — que precisaria se reforçar para aguentar os embates. E se a lei se tornasse insuficiente?

A sociedade seria a primeira a sentir a necessidade de reforçar a ordem pública e a deseja-la como o bem mais valioso no plano social. É estranho, e toca os limites do incompreensível, que seja exatamente da Oposição a iniciativa de propor uma solução que desorganiza economicamente e socialmente um país, sem a menor garantia de que ela — Oposição — se preservará politicamente do desastre que o calote provocaria.

Se é possível ao Brasil conseguir melhores prazos, por que trocar o caminho mais longo, porém de menor custo social, por um atalho direto rumo ao desconhecido? Os regimes autoritários sempre estão à espreita no que parece desconhecido.

Que falta ao Brasil para concluir as negociações com os seus credores internacionais? Apenas demonstrar efetivamente a vontade de livrar-se da inflação que contamina toda a vida nacional e cortar a cabeça ao desperdício com que o país se administra.

O ajuste interno às necessidades impostas pelo combate à inflação nos daria a autoridade suficiente para a negociação de prazos que nos permitam amortizar o custo do passado e continuar investindo no futuro.